

**RECLAMAÇÃO Nº 39.257 - SP (2019/0333523-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECLAMANTE** : **BELARMINO DA ASCENCAO MARTA JUNIOR**  
**ADVOGADOS** : **RAFAEL DE ALENCAR ARARIPE CARNEIRO E OUTRO(S) -**  
DF025120  
IGOR SUASSUNA LACERDA DE VASCONCELOS - DF047398  
LUIZA BRAGA CORDEIRO DE MIRANDA - DF056646  
JULIANA ANDRADE LITAIFF - DF044123  
**RECLAMADO** : **CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA**  
**ECONÔMICA-CADE**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DESPACHO**

Cuida-se de reclamação ajuizada por BELARMINO DA ASCENÇÃO MARTA JUNIOR, com amparo no art. 105, I, “f”, da CF/88, nos arts. 988 a 993 do novo CPC (Lei 13.105/2015) e nos arts. 187 a 192 do RISTJ, impugnando decisão do Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, nos autos do Processo Administrativo nº 08012.012165/2011-68 (Apartado Restrito nº 08700.010787/2014-46), que teria se negado a desentranhar do processo administrativo provas telemáticas (e-mails) emprestadas dos autos da ação penal n. 0009997-05.2013.8.26.0114, em curso na 1ª Vara criminal da Comarca de Campinas/SP, e que teria sido reputada nula no *Habeas Corpus* n. 251.540/SP, de Relatoria da Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, assim ementado:

*PENAL. HABEAS CORPUS. FORMAÇÃO DE QUADRILHA. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. FRAUDE EM LICITAÇÕES. PRÉVIO MANDAMUS DENEGADO. PRESENTE WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INVIABILIDADE. VIA INADEQUADA. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. INDEVIDO ACESSO DO MATERIAL OBTIDO. SIMILITUDE DE OFÍCIOS DE UMA DADA OPERADORA DE TELEFONIA COM OUTROS DECLARADOS ILEGAIS EM FEITO DIVERSO. ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA NOS AUTOS. NULIDADE DO MONITORAMENTO TELEFÔNICO. DEMONSTRAÇÃO DA IMPRESCINDIBILIDADE DA MEDIDA EXTREMA. CARÊNCIA. DECISÃO DEFERITÓRIA PRIMEVA.*

**MOTIVAÇÃO ABSTRATA. PRORROGAÇÕES. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ELEMENTOS DOS AUTOS A REFUTAR A MANTENÇA DA MEDIDA. FLAGRANTE ILEGALIDADE. EXISTÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.**

*1. É imperiosa a necessidade de racionalização do emprego do habeas corpus, em prestígio ao âmbito de cognição da garantia constitucional e em louvor à lógica do sistema recursal. In casu, foi impetrada indevidamente a ordem como substitutiva de recurso ordinário.*

*2. Tanto a alegação de indevido acesso ao material do monitoramento quanto eventual similitude do teor dos ofícios de uma dada operadora de telefonia - cuja ilegalidade foi constatada em ofícios outros exarados em feito diverso - demandam revolvimento fático- probatório, não condizente com a angusta via do writ, em especial diante do expurgo pelo Tribunal estadual de qualquer interferência dos termos do julgamento do outro mandamus na situação vertida nestes autos.*

*3. Ademais, a aferição do alegado constrangimento ilegal sofrido no que pertine ao acesso do teor das interceptações, fora do âmbito restrito do procedimento investigatório e/ou processo penal, é obstaculizada em virtude da inexistência nos autos de documentação comprobatória suficiente.*

*4. Na hipótese em apreço, constata-se a existência de flagrante ilegalidade, pois, para o desencadeamento de medida cautelar extrema, como a quebra do sigilo telefônico, deve-se esmiuçar a sua imprescindibilidade, de modo a pormenorizar a assertiva de não dispor de procedimentos investigatórios outros, menos invasivos, para a obtenção de provas aptas a robustecer eventual imputação delitiva.*

*5. A decretação da medida cautelar de interceptação não atendeu aos pressupostos e fundamentos de cautelaridade, visto que, não obstante os crimes investigados serem punidos com reclusão e haver investigação formalmente instaurada, descurou-se da demonstração da necessidade da medida extrema e da dificuldade para a sua apuração por outros meios, carecendo, portanto, do fumus comissi delicti e do periculum in mora.*

*6. A mera transcrição dos termos legais no decisum que defere a constrição não satisfaz a indispensável fundamentação acerca da necessidade da providência, que quebranta a regra do sigilo.*

7. As autorizações subsequentes de interceptações telefônicas, bem como suas prorrogações, não primaram por salientar elementos dos autos que porventura embasá-las-ia, evidenciando-se, assim, a prescindibilidade da medida, apurando-se irregularidade na manutenção da constrição no período.

8. Habeas corpus não conhecido. **Ordem concedida, de ofício, a fim de declarar nula a evidência resultante da interceptação telefônica ocorrida nos autos do Processo n.º 0009997-05.2013.8.26.0114, Controle n.º 307/2013, da 1ª Vara Criminal da Comarca de Campinas/SP, determinando que seja envelopado, lacrado e entregue aos acusados o material resultante da medida de monitoramento.**

(HC 251.540/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 18/08/2014) – negritei.

Esclarece que, quando solicitou o desentranhamento das provas emprestadas da ação penal perante a autoridade administrativa, a assessoria técnica do CADE determinou apenas o desentranhamento das interceptações telefônicas dos autos, mantendo as provas telemáticas decorrentes da mesma decisão considerada nula e inidônea pelo STJ, além de considerar que considerou que as buscas e apreensões autorizadas expressamente com base no conteúdo dessas interceptações telefônicas também deveriam ser considerados válidas.

Defende que, “diferentemente do afirmado pelo CADE, o acórdão proferido nos autos do HC n. 251.540/SP é abrangente, alcançando não apenas as interceptações telefônicas, mas também as interceptações telemáticas, e, por derivação, as buscas e apreensões autorizadas expressamente com base no conteúdo das interceptações telefônicas, de modo que houve claro descumprimento da ordem emanada por esta Corte Superior em âmbito administrativo” (e-STJ fls. 12/13).

Aponta, como *periculum in mora*, o fato de que o Processo Administrativo n.º 08012.012165/2011-68 se encontra, atualmente, concluso para julgamento no Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, havendo risco de condenação do Reclamante com base em provas nulas.

Pede, assim, “o deferimento de liminar para que, evitando-se prejuízos ao Requerente pela possível imposição de sanção administrativa, seja determinada a imediata suspensão do Processo nº 08012.012165/2011-68, em trâmite no CADE, até apreciação final de mérito do presente feito” (e-STJ fl. 19).

No mérito, requer “seja a presente reclamação julgada procedente, para que sejam desentranhadas dos autos daquele processo toda a evidência resultante das interceptações telefônicas declaradas nulas por este eg. STJ, notadamente as provas decorrentes da quebra de sigilo telemático e da busca e apreensão autorizadas ilicitamente pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de Campinas/SP” (e-STJ fl. 20).

É o relatório.

Observo, inicialmente, que, nos termos do parágrafo único do art. 187 do Regimento Interno do STJ, “A reclamação, dirigida ao Presidente do Tribunal e instruída com prova documental, será autuada e distribuída ao relator da causa principal, sempre que possível”.

Ora, no caso concreto, muito embora a Relatora do acórdão apontado como descumprido tenha deixado de integrar a Sexta Turma e a Terceira Seção desta Corte para assumir o cargo de Vice-Presidente em agosto/2018, a Min. LAURITA VAZ passou a integrar os mencionados órgãos julgadores assumindo o acervo de processos deixado pela Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA.

Ante o exposto, consulto a Ministra LAURITA VAZ, na qualidade de nova titular do acervo de processos anteriormente atribuídos à relatoria da Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, sobre eventual prevenção (art. 71, *caput*, do Regimento Interno do STJ) de sua parte para o julgamento desta Reclamação.

Consulte-se a eminente Ministra.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Ministro